

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

I – CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06 criado pela Lei 5.766/71, dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo uma Autarquia Federal, destinado a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, possui jurisdição em todo o Estado de São Paulo.

Na condição de Autarquia Federal, goza de imunidade tributária em relação a seus bens e receitas, de acordo com o Art. 150 da Constituição Federal do Brasil. As receitas do CRP-06 constituem tributos para-fiscais e são representados por arrecadação de anuidades de pessoas físicas e jurídicas, por rendimentos de aplicações financeiras com poupança e em CDB, por recebimentos de emolumentos com inscrições e 2ª via de carteiras, dívida ativa e por fim demais receitas devidamente registradas na execução orçamentária.

2 – PROCESSOS DE CONVERGÊNCIA ÀS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.

A Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008 e o Decreto nº 6976, de 7 de outubro de 2009, estabeleceu que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deve promover a busca da convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

Em face desse processo de evolução da contabilidade, a STN emitiu Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Portaria 828/2011 da STN, em seu artigo 6º, estipulou que os entes da Federação deverão adotar os Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes do Manual da STN – Parte II – gradualmente a partir do exercício de 2012 e, integralmente, até o final do exercício de 2015.

Em face de o anteriormente exposto, este Conselho iniciou o processo de convergência, a partir de Janeiro/2012, em alinhamento com os preceitos dos Manuais da STN.

2.2 – PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.2.1 – ATIVO CIRCULANTE

a-) Disponibilidades

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O grupo Caixa e Equivalente de Caixa é representado pelos saldos das contas Caixa, Banco Conta Movimento, Banco Conta Arrecadação, Bancos Conta Poupança e Banco Conta Aplicação Financeira.

O valor aplicado em caderneta de poupança é demonstrado ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada exercício. O CRP-SP possui também valor em aplicação financeira, modalidade CDB, junto ao Banco do Brasil S/A, conforme parecer favorável do TCU COJUR Nº 070/08 de 16.09.2008 sobre a possibilidade da aplicação de recursos financeiros pelos Conselhos de Fiscalização em títulos de renda fixa, que apresentam rendimentos superiores aos rendimentos de poupança, nesta atual conjuntura econômica, dependente da taxa de administração negociada junto ao administrador dos títulos e do tempo de permanência do recurso aplicado, fatores estes analisados pelo Regional.

2.2.2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS

Esta Autarquia vem executando o procedimento contábil da depreciação para os bens adquiridos a partir de 2012, mas os procedimentos relativos à reavaliação e ajuste de mensuração ainda não foram executado, estamos estudando a contratação de uma empresa qualificada para que se faça a reavaliação de nossos bens patrimoniais e assim atendermos a legislação em vigor.

a) Bens Móveis e Intangíveis

A partir de 2012 houve mudança na política contábil de contabilização dos Bens Móveis e Intangíveis, para introdução das contas de depreciação e amortização e adoção de valor residual, atendendo as novas Normas Contábeis.

b) Ativos Contingentes, Provisões e Passivos Contingentes.

Em alinhamento com as novas Normas Contábeis, houve mudança na contabilização das contas de: Créditos por Danos ao Patrimônio e Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas a Longo Prazo. A primeira deixou de ser considerada como um direito líquido e certo e enquadrou-se como Ativo contingente.

2.2.3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T.16), os Manuais de Contabilidade da STN Aplicadas ao Setor Público e o Manual de Normas e Procedimentos, Administrativos, Financeiros e Contábeis instituídos pela Resolução CFP 010/2007.

2.2.4 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do CRP-06 demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. No que tange as receitas são apresentadas as receitas realizadas, as previsões iniciais e atualizadas, bem como o saldo decorrente da diferença entre a previsão atualizada e as receitas realizadas. Pelo lado das despesas, o balanço evidencia as dotações iniciais e atualizadas, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, bem como o saldo decorrente da diferença entre as dotações atualizadas e os valores empenhados.

O Resultado Orçamentário, do Exercício de 2015 foi de R\$ 65.458,99 (déficit) Orçamentário, resultado este obtido através da diferença entre o total das receitas realizadas no ano de 2015 no valor de R\$ 30.685.790,30 menos o total das despesas empenhadas no ano de 2015 no valor de R\$ 30.751.249,29.

2.2.5 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, bem como os saldos em espécie do exercício atual e anterior.

Em 2015, os ingressos orçamentários corresponderam à receita realizada pelo montante de R\$ 30.685.790,30 e os ingressos extraorçamentários de R\$ 46.669.071,17, que somados com o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 13.931.145,21), totalizara um valor de R\$ 91.286.006,68. Em contrapartida, a despesa orçamentária liquidada atingiu a cifra de R\$ 30.751.249,29 e as despesas extraorçamentárias R\$ 46.061.054,29, que somados com o saldo em espécie que passa para o exercício seguinte (R\$ 14.473.703,10) totaliza, também, R\$ 91.286.006,68. O Resultado do Balanço Financeiro deste ano de 2015, apresentou um déficit de R\$ 65.458,99.

3 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo realizável a longo prazo é composto por Créditos a Longo Prazo (Dívida Ativa), Demais Créditos a Longo Prazo e (Provisões para riscos trabalhistas a longo prazo).

a1-) É composto por valores a seguir demonstrados:

1.2.1.1.3 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	
1.2.1.1.3.01.01 - Devedores de anuidades executas em Dívida Ativa em fase Administrativas.:	5.831.042,68
1.2.1.1.3.01.02 - Devedores de anuidades executas em Dívida Ativa em fase Executiva (cobrança Judicial)	15.483.244,73
1.2.1.1.6.01.01 - (-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Administrativa a longo prazo	-2.110.126,93
1.2.1.1.6.01.02 - (-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Executiva a longo prazo	-7.388.742,23
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	R\$ 11.815.418,25

1.2.1.2.5 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	
1.2.1.2.5.02 - Depósito Judicial (Priscila Teodoro da Silva Auad)	4.808,65
1.2.1.2.5.03 - Depósito Judicial (Márcia Augusto Barroso)	679,04
1.2.1.2.5.04 - Depósito Judicial (Carlos Alberto P. Ilinski)	5.621,90
1.2.1.2.5.05 - Depósito Judicial (Maria Ednalva da Silva Andrade)	2.000,00
1.2.1.2.5.06 - Depósito Judicial (Neuza Rodrigues de Oliveira)	6.598,21
1.2.1.2.5.07 - Depósito Judicial (Ana Carolina Iazigi Haidar)	10.000,00
1.2.1.2.5.08 - Depósito Judicial (Marilene Rodrigues de Santana)	10.000,00
1.2.1.2.5.10 - Depósito Judicial (Annamaria Calicchio Mendes)	6.710,00
1.2.1.2.5.11 - Depósito Judicial (Fernando da Cruz Barbosa)	300,00
1.2.1.2.5.12 - Depósito Judicial (Fernando Palmieri dos Santos)	10.000,00
1.2.1.2.8.02 - (-) Ajuste de Perdas Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-2.540,67
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	R\$ 54.177,13

c-) IMOBILIZADO

O imobilizado é composto dos Bens Móveis e Imóveis, sujeitos à depreciação. E o Intangível é composto por softwares, sujeito, parcialmente à amortização.

Segue abaixo quadro consolidado dos Bens Móveis (itens 1 a 3), Bens Imóveis (4 e 6), Depreciação Acumulada de Bens Móveis (7 a 9), Depreciação Acumulada de Bens Imóveis (10 a 11), Intangíveis (12) e (13) Amortização Acumulada de Bens Intangíveis.

ITENS	VALOR EM 31/12/2014	VALOR EM 31/12/2015
1. Equipamentos de Informática.	R\$ 894.480,50	R\$ 965.243,78
2. Mobiliário em Geral e Utens.	R\$ 990.231,14	R\$ 1.069.385,92
3. Máquinas, Motores e Apar.	R\$ 611.120,88	R\$ 633.066,99
4. Edifícios	R\$ 3.744.571,90	R\$ 3.744.571,90
5. Benfeitorias	R\$ 1.133.956,51	R\$ 1.345.851,92
6. Obras e Instalações em Andamento	R\$ 881.931,18	R\$ 881.931,18
7. Depreciação Acumulada de Mobiliário em Geral	(R\$ 444.248,62)	(R\$ 516.075,55)

8. Depreciação Acumulada de Máquinas, Motores e Aparelhos	(R\$ 272.860,41)	(R\$ 309.195,06)
9. Depreciação Acumulada de Equipamentos de Informática	(R\$ 535.111,28)	(R\$ 608.747,80)
10. Depreciação Acumulada de Edifícios	(R\$ 2.462.615,43)	(R\$ 2.597.034,48)
11. Depreciação Acumulada de Benfeitorias	(R\$ 277.048,68)	(R\$ 316.778,40)
TOTAL DO IMOBILIZADO	R\$ 4.264.407,69	R\$ 4.292.220,40
12. Softwares e Lic. de uso	R\$ 127.880,16	R\$ 158.520,96
13. Amortização Acumulada - Softwares	(R\$ 27.715,68)	(R\$ 82.666,41)
TOTAL DO INTANGÍVEL	R\$ 100.164,48	R\$ 75.854,55

c.1) - Bens Móveis

Em 2015 foi realizada a baixa de Bens Móveis no valor de R\$ 61009,82 e as doações foram para as entidades: Associação Beneficente de Assis inscrito no CNPJ n.º 44.484.780/0001-68, Centro Espírita Nosso Lar – Casa André Luiz inscrito no CNPJ n.º 62.220.637/0014-65.

Conforme atribuição da Comissão de Inventário, esses bens foram considerados inservíveis por estarem obsoletos pelo tempo de utilização, por seu estado desgastado, irrecuperável e inaproveitável nesta entidade, pois, também não há como leiloá-los, em virtude do leilão necessitar de um leiloeiro oficial cuja taxa é de 5% e os bens não possuem valores representativos que atraiam um leiloeiro.

c.2) – Doação

Para a adoção das novas Normas de Contabilidade Pública, desde janeiro de 2012, a Comissão de Inventário, adotou que o melhor método de depreciação é o de Cotas Constantes. Seguem os parâmetros obtidos com base em tabela extraída do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e que foram aplicados no CRP-06:

A) - Mobiliário

A.1) Vida útil: 10 Anos

A.2) Depreciação mensal de 10/12%

A.3) Depreciação acumulada no ano de 2015: R\$ 71.826,93

B) - Máquinas e Motores

B.1) Vida útil: 10 anos

B.2) Depreciação mensal de 10/12%

B.3) Depreciação acumulada no ano de 2015: R\$ 36.334,65

C) - Computadores e Periféricos

- C.1) Vida útil: 5 anos
- C.2) Depreciação mensal de 20/12%
- C.3) Depreciação acumulada no ano de 2015: R\$ 73.636,52

D) - Bens Imóveis

Em relação aos Bens Imóveis, estes não sofreram atualização no exercício de 2015

RELAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CRP-SP 2014		
Conta:1.2.3.1.01 - Edifícios		
Local	Endereço	Valor (R\$)
São Paulo – Sede	Rua Arruda Alvim , 89 - Jd. América	1.630.571,90
Assis – Subsede de Assis	Rua Osvaldo Cruz, 47	60.000,00
Bauru – Subsede de Bauru	Rua Albino Tambara, 5 - 28	75.000,00
Campinas –Subsede de Campinas	Rua Frei Manoel da Ressurreição, 1.251	110.000,00
Rib. Preto - Subsede de Rib. Preto	Rua Thomaz Nogueira Gaia, 168	87.000,00
Santos - Subsede da Baixa Santista	Rua Cesário Bastos, 26	235.000,00
Santo André - Subsede Grande ABC	Rua Almirante Tamandaré, 426 quadra 33	250.000,00
S.J.Rio Preto – Subsede de S.J.R.P	Rua Coronel Spinola Castro, 22	265.000,00
Taubaté – Subsede Vale do Paraíba	Rua Nancy Guisard Kehier, 28	130.000,00
São Paulo – Subsede Metropolitana	Rua Oscar Freire, 1.800/1.8002	902.000,00
Total		3.744.571,90

E) – Bens Intangíveis

Para a adoção das novas Normas de Contabilidade Pública, a partir de janeiro de 2012, a Comissão de Inventário, adotou que o melhor método de amortização é o de cotas constantes para os bens intangíveis de vida útil definida.

Seguem os parâmetros de amortização e a tabela dos Intangíveis, decorrentes de avaliação procedida:

- A) Amortização Concluída no exercício de 2015: R\$ 57.100,34
- B) Vida Útil definida
- C) Vida útil: até Dez/2015
- D) Valor total Contábil Bruto em 31/12/2015: R\$ 158.520,96
- E) Amortização acumulada no ano de 2015: R\$ 57.100,34

O CRP-06 contratou seguro contra roubo, incêndio e danos para a sede e subsedes de modo a preservar o seu patrimônio em caso de ocorrência de algum sinistro será ressarcido pela Seguradora.

4) PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante é composto por obrigações trabalhistas a pagar a curto prazo, despesas com fornecedores já liquidadas (restos a pagar processados), obrigações fiscais a curto prazo (retenções de impostos a recolher), obrigações de repartição a outros entes (cota parte a transferir ao Conselho Federal), provisões a curto prazo (provisões para férias) e demais obrigações a curto prazo (depósitos de diversas origens).

4.1) PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

O *Passivo Não-Circulante* é composto por provisões a longo prazo, quais sejam, riscos cíveis e trabalhistas.

4.1.2) RESULTADOS ACUMULADOS (Patrimônio Líquido)

Os Resultados acumulados (R\$ 29.641.520,41) decorrem: do Déficit do Exercício (R\$ 166.832,25), conforme o item 4.1.3 a seguir.

4.1.3) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A DVP demonstra as variações qualitativas e quantitativas ocorridas no Exercício, sejam elas aumentativas ou diminutivas, bem como o resultado patrimonial apurado no exercício.

Em 2015, o resultado patrimonial apurado, decorrente da diferença entre as variações aumentativas e diminutivas, foi um Déficit de R\$ 166.832,25. Na DVP, as variações aumentativas somaram R\$ 30.685.790,30 e as variações diminutivas foram de R\$ 30.852.622,55.

4.1.4) Demonstrativo de Fluxo de Caixa

O Fluxo de Caixa demonstra os ingressos e desembolsos, recebimentos extraorçamentários e pagamentos extraorçamentários, bem como os saldos em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie do exercício, atual fluxo de caixa líquido das atividades das operações e o fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos.

Em 2015, os ingressos orçamentários correspondem à receita realizada pelo montante de R\$ 30.685.790,30 e os recebimentos extraorçamentários de R\$ 46.669.071,17, que em contrapartida, os desembolsos pelo montante de R\$ 30.275.639,16 e os pagamentos extraorçamentários pelo montante de R\$ 46.061.054,29 liquidada.

O fluxo de caixa líquido das atividades das operações do ano de 2015 teve um saldo de R\$ 1.018.168,02 em contrapartida o fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos pelo saldo de R\$ 475.610,03, gerando assim um superávit de R\$ 542.557,89 na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2015.

5-) Reserva de Fundo de Contingência

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região mantém como reserva de contingência no valor de R\$ 533.017,24 que está adequado para atender prováveis perdas trabalhistas e ou ações cíveis.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CRP-06 é auditado periodicamente por empresa de auditoria (independente), contratada pelo Conselho Federal de Psicologia, momento em que se verifica a exatidão e veracidade das informações e obediência da legislação nos atos e fatos praticados pelos gestores do Conselho Regional Psicologia – 6ª Região, bem como os controles internos e guarda do patrimônio da Entidade. O último relatório circunstanciado dos auditores independentes datado de 02 de setembro de 2015 é referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e os aspectos abordados no mencionado relatório, foram devidamente respondidos pela Diretoria atual e encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia.

São Paulo, SP, em 31 de dezembro de 2015.